

SUMÁRIO

| | |
|--------------------------------------|------|
| Apresentação | xiii |
| Nota Introdutória..... | xv |
| Nota Introdutória à 8ª Edição | xvii |
| Nota Introdutória à 11ª Edição | xix |
| Nota Introdutória à 16ª Edição | xxi |
| Nota Introdutória à 17ª Edição | xxv |

PRIMEIRA PARTE
TEORIA GERAL DO DIREITO PROCESSUAL

| | |
|--|----|
| Capítulo I - Direito Processual: Conceito, Denominação, Posição Enciclopédica e Evolução Científica..... | 3 |
| § 1º Conceito de Direito Processual..... | 3 |
| § 3º Posição Enciclopédica | 7 |
| § 4º Evolução Científica do Direito Processual | 8 |
| Capítulo II - A Existência de uma Teoria Geral do Direito Processual..... | 11 |
| Capítulo III - Fontes, Interpretação e Aplicação no Espaço e no Tempo do Direito Processual Civil | 15 |
| § 1º Fontes do Direito Processual Civil | 15 |
| § 2º Interpretação da Lei Processual | 23 |
| 2.1. Método Literal ou Gramatical | 23 |
| 2.2. Método Lógico-Sistemático..... | 24 |
| 2.3. Método Histórico | 25 |
| 2.4. Método Comparativo..... | 26 |
| 2.5. Método Teleológico..... | 27 |
| a) Resultado Declarativo | 27 |
| b) Resultado Restritivo | 27 |
| c) Resultado Extensivo | 28 |
| d) Resultado Ab-Rogante..... | 28 |
| § 3º Integração da Lei Processual..... | 29 |

| | |
|---|-----|
| § 4º Eficácia da Lei Processual no Espaço | 30 |
| § 5º Eficácia da Lei Processual no Tempo | 32 |
| Capítulo IV - Princípios Constitucionais do Direito Processual..... | 35 |
| § 1º Princípio do Devido Processo Legal | 35 |
| § 2º Princípio da Isonomia..... | 43 |
| § 3º Princípio do Juiz Natural..... | 45 |
| § 4º Princípio da Inafastabilidade do Controle Jurisdicional..... | 49 |
| § 5º Princípio do Contraditório | 52 |
| § 6º Princípio da Motivação das Decisões Judiciais | 58 |
| § 7º Princípio da Tempestividade da Tutela Jurisdicional | 60 |
| Capítulo V - A Trilogia Estrutural do Direito Processual..... | 63 |
| Capítulo VI - Jurisdição | 67 |
| § 1º As Funções do Estado e a Função Jurisdicional..... | 67 |
| § 2º Conceito..... | 70 |
| § 3º Características Essenciais..... | 74 |
| § 4º Espécies de Jurisdição..... | 76 |
| § 5º Jurisdição Voluntária..... | 79 |
| § 6º Escopos da Jurisdição | 82 |
| § 7º Tutela Jurisdicional: Conceito e Classificações..... | 85 |
| § 8º Tutela Jurisdicional Antecipada..... | 88 |
| § 9º Tutela Jurisdicional Específica Relativa às Obrigações de Fazer, Não Fazer e Entregar Coisa..... | 91 |
| § 10. Competência | 97 |
| 10.1. Conceito..... | 97 |
| 10.2. Critérios de Fixação | 97 |
| 10.3. Incompetência Absoluta e Relativa | 103 |
| 10.4. Causas de Modificação da Competência | 104 |
| 10.5. Declaração de Incompetência..... | 108 |
| 10.6. Conflito de Competência..... | 111 |
| Capítulo VII - Ação | 113 |
| § 1º Teorias sobre a Ação | 113 |
| § 2º Conceito de Ação..... | 118 |
| § 3º “Condições da Ação” ou Requisitos do Provimento Final..... | 121 |
| § 4º Classificação da Ação | 129 |
| Capítulo VIII - Processo..... | 131 |
| § 1º Teorias sobre o Processo..... | 131 |
| § 2º Conceito e Natureza Jurídica | 138 |
| § 3º Processo e Procedimento..... | 140 |
| § 4º Sujeitos do Processo | 142 |
| 4.1. O Estado-Juiz e o Juiz..... | 142 |
| 4.2. Auxiliares da Justiça..... | 147 |
| 4.3. As Partes..... | 149 |
| 4.4. O Advogado..... | 156 |
| 4.5. Litisconsórcio | 159 |

| | |
|--|-----|
| 4.6. Intervenção de Terceiros..... | 176 |
| 4.6.1. Assistência | 178 |
| 4.6.2. Oposição | 182 |
| 4.6.3. Nomeação à Autoria..... | 185 |
| 4.6.5. Chamamento ao Processo..... | 202 |
| 4.6.6. Recurso de Terceiro | 205 |
| 4.6.7. Alimentos e Intervenção de Terceiro | 208 |
| 4.7. Ministério Público | 213 |
| 4.8. <i>Amicus Curiae</i> | 215 |
| § 5º Escopos do Processo: Instrumentalidade e Efetividade do Processo..... | 220 |
| § 6º Classificação do Processo | 222 |
| § 7º Objeto do Processo..... | 226 |
| § 8º Pressupostos Processuais | 230 |
| Capítulo IX - Atos Processuais | 239 |
| § 1º Fato, Ato e Negócio Jurídicos..... | 239 |
| § 2º Fato Processual..... | 240 |
| § 3º Atos do Processo e Atos Processuais | 241 |
| § 4º Negócios Processuais..... | 241 |
| § 5º Classificação dos Atos Processuais..... | 242 |
| § 6º Forma dos Atos Processuais..... | 245 |
| § 6º.A. Informatização dos Atos Processuais | 252 |
| § 7º Existência, Validade e Eficácia dos Atos Processuais..... | 255 |
| § 8º Comunicação dos Atos Processuais | 262 |

SEGUNDA PARTE

MÓDULO PROCESSUAL DE CONHECIMENTO

| | |
|---|-----|
| Capítulo X - Cognição: Conceito, Objeto e Espécies..... | 275 |
| Capítulo XI - Formação, Suspensão e Extinção do Módulo Processual de Conhecimento.. | 285 |
| § 1º Formação do Módulo Processual de Conhecimento..... | 285 |
| § 2º Suspensão do Processo | 288 |
| § 3º Extinção do Módulo Processual de Conhecimento | 296 |
| Capítulo XII - Procedimento Ordinário | 315 |
| § 1º Conceito e Cabimento..... | 315 |
| § 2º Petição Inicial..... | 317 |
| § 3º Resposta do Réu | 330 |
| 3.1. Contestação..... | 331 |
| 3.2. Reconvenção..... | 337 |
| 3.3. Exceção | 343 |
| 3.4. Impugnação ao Valor da Causa..... | 346 |
| § 4º Providências Preliminares | 347 |
| 4.1. Réplica..... | 347 |
| 4.2. Especificação de Provas | 348 |
| 4.3. Declaração Incidente | 350 |

| | |
|--|-----|
| § 5º Julgamento conforme o Estado do Processo..... | 355 |
| 5.1. “Extinção do Processo” | 355 |
| 5.2. Julgamento Antecipado do Mérito | 357 |
| 5.3. Audiência Preliminar e Saneamento do Processo | 359 |
| § 6º Instrução Probatória e Audiência de Instrução e Julgamento | 368 |
| Capítulo XIII - Procedimento Sumário..... | 375 |
| § 1º Conceito e Cabimento..... | 375 |
| § 2º Petição Inicial..... | 378 |
| § 3º Citação e Audiência de Conciliação | 379 |
| § 4º Resposta do Réu: Contestação e Exceção..... | 382 |
| § 5º Conversão do Procedimento | 383 |
| § 6º Instrução Probatória e Audiência de Instrução e Julgamento | 385 |
| § 7º Inadmissibilidade de Declaração Incidental | 386 |
| § 8º Intervenção de Terceiros no Procedimento Sumário..... | 386 |
| Capítulo XIV - Direito Probatório Teoria Geral das Provas..... | 389 |
| § 1º Conceito de Prova | 389 |
| § 2º Objeto da Prova..... | 392 |
| § 3º Ônus da Prova..... | 394 |
| § 4º Destinatários da Prova e Sistemas de Valoração..... | 398 |
| § 5º Meios de Prova: Generalidades; Procedimento Probatório; Espécies..... | 401 |
| § 6º Das Provas em Espécie | 405 |
| 6.1. Conceito..... | 405 |
| 6.2. Depoimento Pessoal | 408 |
| 6.3. Confissão | 409 |
| 6.4. Exibição de Documento ou Coisa..... | 411 |
| 6.5. Prova Documental | 412 |
| 6.6. Prova Testemunhal..... | 415 |
| 6.7. Prova Pericial..... | 420 |
| 6.8. Inspeção Judicial | 423 |
| Capítulo XV - Sentença..... | 425 |
| § 1º Conceito | 425 |
| § 2º Classificação | 429 |
| § 3º Elementos Essenciais | 430 |
| § 4º Publicação e Irretratabilidade | 433 |
| § 5º Classificação da Sentença Definitiva | 435 |
| § 6º Sentenças Executivas e Mandamentais..... | 445 |
| § 6º-A. Capítulos de Sentença..... | 449 |
| § 7º Tutela Antecipada..... | 454 |
| § 8º Tutela Antecipada contra a Fazenda Pública..... | 469 |
| Capítulo XVI - Coisa Julgada..... | 475 |
| § 1º Conceito e Natureza Jurídica | 475 |
| § 2º Coisa Julgada Formal e Coisa Julgada Material | 480 |
| § 2º-A. Relativização ou Desconsideração da Coisa Julgada Material | 483 |
| § 3º Limites Objetivos da Coisa Julgada | 487 |

| | |
|--|-----|
| § 4º Limites Subjetivos da Coisa Julgada..... | 491 |
| § 5º A Coisa Julgada nas Sentenças Determinativas..... | 494 |
| § 6º A Coisa Julgada nas Demandas Coletivas | 498 |
| § 7º A Coisa Julgada no Mandado de Segurança..... | 502 |
| § 8º Preclusão | 505 |
| Referências Bibliográficas | 513 |
| Índice Remissivo | 539 |

SUMÁRIO

Apresentação, xii

Nota introdutória à 21ª edição, xvi

Nota introdutória à 18ª edição, xviii

Nota introdutória à 14ª edição, xx

Nota introdutória à 9ª edição, xxiv

Nota introdutória à 7ª edição, xxvi

PARTE 1 – PROCESSOS NOS TRIBUNAIS, 3

I Introdução e Noções Gerais, 4

§ 1º Introdução, 5

§ 2º Noções Gerais, 6

II Ação Rescisória, 12

§ 1º Conceito e Natureza Jurídica, 13

§ 2º Cabimento, 15

§ 3º Legitimidade, 27

§ 4º Procedimento, 28

§ 5º Prazo, 30

III Homologação de Sentença Estrangeira, 34

§ 1º Conceito e Natureza Jurídica, 35

§ 2º Procedimento, 40

IV Declaração de Inconstitucionalidade, 42

§ 1º Controle da Constitucionalidade, 43

§ 2º Incidente de Inconstitucionalidade, 44

V Uniformização de Jurisprudência, 50

§ 1º Conceito e Natureza Jurídica, 51

§ 2º Procedimento, 53

§ 3º O Mecanismo de Prevenção ou Composição de Divergência, 55

VI Recursos, 58

§ 1º Teoria Geral dos Recursos, 59

1.1 Conceito, 59

1.2 Classificação, 63

1.3 Juízo de Admissibilidade e Juízo de Mérito, 66

1.3.1 “Condições do Recurso”, 71

1.3.2 Pressupostos Recursais, 77

1.3.3 Impedimentos Recursais, 80

1.4 Efeitos dos Recursos, 82

1.5 Recurso Adesivo, 87

§ 2º Recursos em Espécie, 90

2.1 Apelação, 91

2.2 Agravo, 102

2.3 Embargos Infringentes, 114

2.4 Embargos de Declaração, 121

2.5 Recurso Ordinário para o STF e para o STJ, 125

2.6 Recurso Especial e Recurso Extraordinário, 128

2.7 Embargos de Divergência, 143

VII Da Ordem dos Processos nos Tribunais, 146

§ 1º Procedimento dos Feitos nos Tribunais, 147

§ 2º Provimentos Emanados do Relator, 151

PARTE 2 – EXECUÇÃO FORÇADA – (Módulo Processual Executivo), 157

VIII Teoria Geral da Execução, 158

§ 1º Observações Preliminares, 159

§ 2º Conceito, 160

§ 3º Princípios, 164

- 3.1 Princípio da Efetividade da Execução Forçada, 165
- 3.2 Princípio do Menor Sacrifício Possível do Executado, 166
- 3.3 Princípio do Contraditório, 167
- 3.4 Princípio do Desfecho Único, 169
- § 4º Competência, 172
- § 5º Legitimidade, 176
- § 6º Título Executivo, 184
 - 6.1 Títulos Executivos Judiciais, 189
 - 6.1.1 Sentença Civil Condenatória (art. 475-N, I), 189
 - 6.1.2 Sentença Penal Condenatória Transitada em Julgado (art. 475-N, II), 191
 - 6.1.3 Sentença Homologatória de Transação ou de Conciliação (art. 475-N, III), 194
 - 6.1.4 Sentença Arbitral (art. 475-N, IV), 196
 - 6.1.5 Decisão homologatória de acordo extrajudicial (art. 475-N, V), 197
 - 6.1.6 Sentença Estrangeira Homologada pelo STJ (art. 475-N, VI), 198
 - 6.1.7 Formal e Certidão de Partilha (art. 475-N, VII), 199
 - 6.2 Títulos Executivos Extrajudiciais, 199
 - 6.2.1 Títulos Cambiais e Cambiariformes (art. 585, I), 200
 - 6.2.2 Reconhecimento de Obrigação por Instrumento Público ou Particular (art. 585, II), 201
 - 6.2.3 Transação Extrajudicial (art. 585, II), 202
 - 6.2.4 Hipoteca, Penhor, Anticrese, Caução (art. 585, III), 203
 - 6.2.5 Seguro de Vida, 204
 - 6.2.6 Créditos Decorrentes de Foro e Laudêmio, 205
 - 6.2.7 Aluguel e Acessórios, 205
 - 6.2.8 Custas Judiciais, 208
 - 6.2.9 Dívida Ativa da Fazenda Pública, 209
 - 6.2.10 Todos os Demais Títulos a que a Lei Atribui Força Executiva, 210
- § 7º Responsabilidade Patrimonial, 215
 - 7.1 Fraude contra Credores, 218
 - 7.2 Fraude de Execução, 224
 - 7.3 Alienação de Bem Penhorado, 228

VIII-A Execução Provisória, 230

IX Liquidação de Sentença, 240

- § 1º Conceito e Natureza Jurídica, 241
- § 2º Espécies, 248

X Espécies de Execução, 256

- § 1º Execução para Entrega de Coisa, 257

- 1.1 Execução para Entrega de Coisa Certa, 258
 - 1.1.1 Fase Postulatória, 259
 - 1.1.2 Fase Instrutória, 260
 - 1.1.3 Fase Satisfativa, 261
- 1.2 Execução para Entrega de Coisa Incerta, 263
- § 2º Execução das Obrigações de Fazer e de Não Fazer, 267
 - 2.1 Execução das Obrigações de Fazer, 267
 - 2.2 Execução das Obrigações de Não Fazer, 274
 - 2.3 Meios de Coerção, 277
 - 2.4 Tutela Jurisdicional Específica das Obrigações de Emitir Declaração de Vontade, 283
- § 3º Execução por Quantia Certa contra Devedor Solvente, 294
 - 3.1 Procedimento Padrão da Execução por Quantia Certa contra Devedor Solvente, 295
 - 3.1.1 Petição Inicial, 296
 - 3.1.2 Citação e Arresto, 298
 - 3.1.3 Pagamento ou Penhora, 302
 - 3.1.4 Penhora, 304
 - 3.1.4.1 Conceito e Natureza Jurídica, 304
 - 3.1.4.2 Efeitos da Penhora, 305
 - 3.1.4.3 Bens Impenhoráveis, 310
 - 3.1.4.4 Forma de Realização da Penhora, 321
 - 3.1.4.5 Penhoras Especiais, 324
 - 3.1.5 Avaliação dos Bens Penhorados, 329
 - 3.1.6 Adjudicação, 333
 - 3.1.7 Alienação por Iniciativa Particular, 335
 - 3.1.8 Hasta Pública e Arrematação, 336
 - 3.1.9 Pagamento ao Exequente, 341
 - 3.1.9.1 Pagamento por Entrega de Dinheiro, 341
 - 3.1.9.2 Pagamento por Adjudicação, 342
 - 3.1.9.3 Pagamento por Usufruto de Móvel ou Imóvel, 343
 - 3.2 Procedimento da Execução por Quantia Certa contra Devedor Solvente Fundada em Título Judicial, 347
 - 3.3 Procedimentos Especiais da Execução por Quantia Certa contra Devedor Solvente, 350
 - 3.3.1 Processo autônomo de execução fundado em título judicial, 351
 - 3.3.2 Execução contra a Fazenda Pública, 351
 - 3.3.3 Execução de Prestação Alimentícia, 357
 - 3.3.4 Execução Fiscal, 362
- § 4º Insolvência Civil, 370
 - 4.1 Vencimento Antecipado das Dívidas, 381

- 4.2 Perda do Direito de Administração e Disposição dos Bens, 382
- 4.3 Arrecadação dos Bens Penhoráveis, 383
- 4.4 Instauração da Execução Universal, 384

XI Defesa do Executado, 398

- § 1º Embargos do Executado, 399
 - I – Falta ou Nulidade de Citação, 414
 - II – Inexigibilidade do Título, 417
 - III – Ilegitimidade das Partes, 419
 - IV – Cumulação Indevida de Execuções, 420
 - V – Excesso de Execução, 422
 - VI – Causas Impeditivas, Modificativas ou Extintivas da Obrigação, 426
 - VII – Incompetência, Impedimento, Suspeição, 427
 - VIII – Nulidade da Sentença Arbitral, 428
- § 2º Impugnação à execução fundada em título judicial, 435
- § 3º Exceção de Pré-Executividade (ou Objeção de Não Executividade), 436

XII Suspensão e Extinção do Módulo Processual Executivo, 442

- § 1º Suspensão do Módulo Processual Executivo, 443
- § 2º Extinção do Módulo Processual Executivo, 448

Referências bibliográficas, 452

Índice remissivo, 466